

A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DA REALIDADE E DESAFIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN

Edlla Aryel de Moura ¹
Maria Heldilaine Oliveira de Araújo ²
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa ³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar como a educação especial está sendo trabalhada em uma escola de educação infantil na região metropolitana de Natal/RN, destacando relatos dos professores da unidade e a análise de como está colocada a educação especial e educação inclusiva no projeto político-pedagógico da escola. A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza básica descritiva, onde utilizamos como referencial teórico Gadotti (1994), Delors (2003), Glat e Blanco (2015), DE OLIVEIRA (2022). Também tomamos como base leis federais vigentes como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, decreto nº 6.949. Ao realizar a análise no contexto de educação especial na perspectiva inclusiva, observamos que houve avanços relevantes no processo de inclusão na escola, porém ainda há muitos desafios que permeiam esse processo. A análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição revelou que, embora haja um reconhecimento da importância da educação inclusiva, o documento carece de metas claras e ações específicas para garantir a efetivação da inclusão plena dos alunos com necessidades especiais. A transição da educação especial para uma prática inclusiva e integrada ao ensino regular tem se mostrado fundamental para garantir a igualdade de oportunidades para alunos com necessidades educacionais específicas. As legislações brasileiras, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, são marcos importantes para a consolidação dessa abordagem, mas como visto ao longo deste estudo a implementação dessas leis de fato nas escolas e, principalmente, nas salas de aula, estão longe do ideal proposto.

Palavras-chave: Educação especial, Inclusão, Projeto político-pedagógico.

INTRODUÇÃO

A educação especial foi estruturada em sistemas segregados em boa parte da sua história, com ensino voltado para pessoas com deficiência e fora do ensino regular. A perspectiva de educação inclusiva surgiu como exemplo transformador e trazendo uma

¹ Graduando do Curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, edlla.moura.703@ufrn.edu.br;

² Graduado pelo Curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, heldilaine.araujo.707@ufrn.edu.br ;

³ Professor orientador: Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, ademarcia.costa@ufrn.br.

nova visão sobre educação especial, deixando de ser um paralelo e passando a ser entendida como conjunto de ações e praticas pedagógicas incluídas ao ensino regular fazendo com que todos os alunos compartilhem do mesmo espaço e oportunidades de aprendizagem no espaço escolar.

No Brasil, a consolidação dessa perspectiva tem sido impulsionada pelas leis federais partindo da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008, onde é proposto a articulação entre o ensino regular e os apoios especializados praticas para assegurar aos alunos com deficiência o desenvolvimento dos seus potenciais levando em consideração a individualidade e características de cada aluno.

A educação especial na perspectiva de educação inclusiva tem sido tema debatido pelo fato da sua relevância, discussões para que seja atendido as demandas dos alunos e que os professores consigam incluir os alunos neurodivergentes com os neurotípicos em sala de aula. O termo neurodivergente compreende pessoas onde suas características neurológicas divergem das normas predominantes, no qual se inclui aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, paralisia cerebral, entre outros.

Este ensaio busca analisar o cenário da educação especial em um centro de educação infantil da região metropolitana de Natal/RN, levando em conta o numero de crianças laudadas na escola, surgiu a motivação saber como os professores da instituição se sentiam com o numero elevado de alunos com necessidades específicas em sala e qual suporte era dado pela gestão da escola e municipio.

A pesquisa ação que segundo Elliott (1997, p.15), “permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, ou seja, entre a teoria e a prática, e os resultados ampliam as capacidades de compreensão dos professores e suas práticas”. Baseando-se nessa metodologia para responder os questionamentos surgidos, o primeiro passo foi fazer diagnóstico da escola em relação a educação especial, onde esse levantamento foi realizado através de relatos e um questionário respondido pelos professores, para que tivesse um panorama de como está sendo a inclusão dos alunos neurodivergentes com os neurotípicos na escola, buscando entender suas percepções, sentimentos e sugestões. O projeto visa construir um debate sobre acolhimento e apoio, medindo o impacto dessas práticas na experiência dos alunos e como a comunidade escolar está preparada para atender esse público.



A principal discussão é como promover um ambiente inclusivo e acolhedor para atender as necessidades e potencialidades desses alunos, fazendo com que tenham uma aprendizagem significativa. Para isso utilizaremos a Constituição de 1998 e leis da educação que tenham como marco a educação inclusiva,

O ensaio está estruturado de início com apresentação do que é educação especial na perspectiva de educação inclusiva, logo após apresentaremos a escola onde foi desenvolvido a pesquisa, seus números. Definiremos o que é Projeto Político Pedagógico e como a escola em seu PPP fala sobre educação especial. Em seguida, será feita a análise das respostas dos professores e observações se está funcionando de acordo com o PPP da instituição.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial e educação inclusiva tem características e abordagens distintas que se completam para que o direito à educação de qualidade para alunos com necessidades específicas seja cumprido de forma eficiente. Educação especial é uma modalidade de ensino que destina-se a atender alunos com necessidades educacionais específicas como pessoas com altas habilidades ou superdotação, pessoas com deficiências físicas ou intelectual e pessoas com transtornos globais de desenvolvimento. Tradicionalmente a educação especial tinha como característica o atendimento especializado separado, focado em contextos específicos e com a visão assistencialista. O arcabouço teórico que sustenta a pesquisa parte da distinção e posterior articulação entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva, que historicamente, a Educação Especial foi estruturada em sistemas segregados, com foco no atendimento especializado e, frequentemente, substitutivo ao ensino comum, baseado em uma visão clínica e assistencialista

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados

nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

Já a educação inclusiva tem como objetivo eliminar as barreiras, promover ao aluno um ambiente educativo onde suas necessidades sejam atendidas, fazendo com que sejam incluídos e sua aprendizagem seja em conjunto com os demais alunos.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

Nessa perspectiva, a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é entendida como um conjunto de ações e práticas pedagógicas incluídas no ensino regular, que visam o desenvolvimento dos potenciais dos alunos com necessidades educacionais específicas, como os neurodivergentes (incluindo TEA, TDAH, dislexia, etc.), em conjunto com os alunos neurotípicos

A Educação Inclusiva surge como uma perspectiva transformadora, propondo um novo modelo de escola que tem como objetivo eliminar barreiras e promover a participação e aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas características. Segundo Glat e Blanco (2007, 2015), a inclusão implica uma mudança paradigmática, substituindo mecanismos de seleção e discriminação por procedimentos de identificação e eliminação de barreiras à aprendizagem.

A educação inclusiva implica um novo modelo de escola em que o acesso e a permanência sejam possíveis para todos os alunos, e em que os mecanismos de seleção e discriminação utilizados até então sejam substituídos por procedimentos de identificação e eliminação de barreiras à aprendizagem (GLAT,BLANCO,2007).

A educação especial na perspectiva de educação inclusiva reflete um compromisso com a sociedade, respeitando os direitos humanos e a constituição de 88 que fala que a educação é para todos, onde se deve reconhecer as necessidades e potencial de cada aluno e promover ambientes educativos que atendam as necessidades individuais.

Projeto político pedagógico - PPP

É um documento essencial para instituições de ensino, onde identifica sua visão de educação e os caminhos que pretende seguir para alcançar seus objetivos, organizando e orientando as ações administrativas e pedagógicas. Sua elaboração é feita de forma coletiva, com a participação de toda a comunidade escolar: gestores, professores, alunos, famílias e outros membros da sociedade local. O autor fornece a base teórica para a compreensão do PPP como um instrumento de compromisso e transformação:

Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (Gadotti.1994, p. 579),

O PPP tem como um dos objetivos principais traçar metas e estratégias para atingir os objetivos visando sempre a melhoria do ensino, elaborando um currículo escolar eficiente, adaptado para as especificidades da comunidade em que está inserido, baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Criar projetos pedagógicos, capacitações para professores e estratégias para redução da evasão escolar, bem como definir o modelo de gestão escolhido para aquela instituição.

O projeto político pedagógico é importante, pois busca um planejamento estratégico, organizando metas e ações a curto e longo prazo, definindo os princípios pedagógicos que irão guiar a escola, visando o ensino, aprendizagem e a melhor formação para o aluno, levando em conta o contexto social que a escola está inserida, considerando os aspectos sociais, culturais, econômicos e educacionais da comunidade.

Ao abordar a educação especial no projeto político pedagógico a instituição deve detalhar as suas perspectivas, considerando os princípios da inclusão da legislação brasileira, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ressaltando o que a escola pretende para assegurar os direitos à educação de qualidade para os alunos considerando suas especificidades.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no inciso II e III institui que haja:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (LBI, 2015).

É fundamental que o PPP apresente ações para acesso e permanência desses alunos na escola, buscando parcerias com as famílias e comunidade escolar com o objetivo de combater os preconceitos. Garantir que a escola seja acessível a todos, com rampas e sinalização e recursos para que sejam atendidas as demandas específicas, consolidando o compromisso com a inclusão para garantir uma educação de qualidade para os alunos com necessidades específicas.

Ao analisar o projeto político pedagógico da escola a qual foi realizada a pesquisa-ação da disciplina de estágio II, foi observado que o recorte que fala sobre educação especial, colocada apenas como educação inclusiva, trás de início sua definição:

A educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui-se como paradigma fundamentado nos direitos humanos com ênfase no respeito às diferenças e na promoção da equidade de oportunidades como indissociável ao respeito à singularidade das crianças atípicas, típicas e as suas respectivas famílias. (Projeto Político Pedagógico, p. 13)

E logo após cita uma resolução do conselho municipal de educação da Prefeitura de Parnamirim que se refere ao atendimento educacional especializado, no qual esse inciso apenas cita fragmentos de leis federais:

III. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva prevê que em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, o

Atendimento Educacional Especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos discentes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino, de acordo com a Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Estado Brasileiro mediante o Decreto nº 6.949/2009, que estabelece o compromisso de assegurar às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e etapas de ensino, em ambiente que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena (Conselho Municipal de Educação, na resolução Nº 01/2017).

Foi observado no decorrer do projeto analisado que não existe metas estabelecidas para os alunos da educação especial, sem objetivos claros e tendo em sua maioria um relato de como estava a realidade da escola no período no qual o PPP foi atualizado, fazendo um apelo sobre a necessidade de uma sala de AEE, auxiliares de sala e tempo de planejamento com o enfoque no desenvolvimento do Plano de Ensino Individualizado PEI.

A Lacuna entre o Ideal Normativo e a Prática Docente

A análise dos relatos dos dois professores entrevistados, sumarizados na Tabela 1, evidencia a lacuna crítica entre o ideal da Educação Inclusiva, conforme postulado pela legislação (LBI, LDB) e pelos teóricos como Glat e Blanco (2015), e a realidade vivenciada em sala de aula. O cerne do problema reside na insuficiência da formação docente e na fragilidade do planejamento institucional, refletida no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Ambos os professores, com vasta experiência (15 e 21 anos), revelam um preparo inicial precário ou insuficiente para lidar com as necessidades educacionais específicas, dependendo majoritariamente de cursos livres ou de iniciativa financeira própria para buscar aprimoramento. Essa carência de formação continuada institucionalizada e eficaz contraria o princípio da Educação Inclusiva de que a escola deve se adaptar ao aluno, e não o contrário (STAINBACK; STAINBACK, 1999). A ausência de um suporte técnico e pedagógico adequado, como a falta de auxiliares de sala especializados e a sobrecarga de alunos com necessidades especiais, é citada como o principal desafio, impactando o processo de ensino-aprendizagem de toda a turma.

tabela 1



Pergunta	Professor 1	Professor 2
Há quantos anos você trabalha como professor?	21 anos	15 anos
Na sua formação teve algo voltado especificamente para o ensino de alunos com necessidades especiais? Se sim, acredita ter sido o suficiente?	Não	Sim. Não foi suficiente
Qual é o nível de preparo que você sente ter para lidar com esses alunos? Porque?	Aprendi algumas coisas em cursos livres, porém, há muito o que aprender sobre cada necessidade das crianças.	Tenho conhecimento em comunicação alternativa e fiz alguns cursos na área para poder trabalhar melhor com os alunos atípicos
Quais são as principais adaptações que você realiza (ou tenta realizar) nas suas aulas para incluir os alunos PCD?	Adequar as atividades com desenhos, traceja dos para algumas crianças que necessitam , atividades para realizar em grupos para que haja maior envolvimento de todos.	Na rotina e nas atividades.
Quais são os maiores desafios que você enfrenta na inclusão de alunos	Um auxiliar de sala para a	Falta de apoio por parte da equipe de gestão e

PCD na sala de aula?	criança que tenha conhecimento em Educação Especial pelo menos um pouco.	coordenação, falta de recursos e materiais.
Você sente que o número de alunos PCD impacta negativamente o aprendizado dos demais alunos? Em que sentido?	O aluno em si não impacta, a falta de auxiliar impacta e muito. Todavia se numa sala de 25 crianças 10 forem especiais, o aprendizado torna-se penoso pela alta demanda e pouco auxílio para o professor.	Sim. Dependendo de alguns casos o professor precisa se dedicar mais a alunos atípicos e sem auxiliar se torna mais difícil
Com que frequência você participa de formações continuadas sobre inclusão?	Pelo menos uma vez a cada ano.	Sempre que tenho disponibilidade financeira.
Você recebe feedback dos alunos e/ou pais sobre a adaptação do ensino? Como?	Sim. Conversas informais por telefone ou na escola	Sim. Eles sempre agradecem aos avanços comportamentais e pedagógicos.

Essa percepção dos docentes se conecta diretamente com a análise do PPP da instituição, que, embora reconheça a importância da inclusão, carece de metas claras e ações específicas, conforme a seção anterior. Segundo Gadotti (1994), o PPP deve ser uma "promessa" de rupturas e transformações, comprometendo seus atores. No entanto, a ausência de um plano concreto para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

e para a formação continuada no PPP demonstra que o documento não cumpre seu papel estratégico, limitando-se a citar fragmentos legais (Resolução Nº 01/2017) sem traduzi-los em práticas pedagógicas e suporte real para os professores. Conclui-se que a efetivação da inclusão na escola estudada está comprometida pela desarticulação entre o discurso normativo e a ausência de recursos e planejamento institucional, elementos cruciais para a garantia do direito à educação de qualidade.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou a implementação da educação inclusiva em uma escola de educação infantil na região metropolitana de Natal/RN, evidenciando os desafios e a realidade enfrentada no contexto da legislação vigente e das práticas pedagógicas. A pesquisa revelou que, embora haja um reconhecimento da importância da educação inclusiva e um avanço significativo na legislação brasileira, a efetivação plena ainda se depara com obstáculos substanciais.

Observou-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, apesar de abordar a educação inclusiva, carece de metas claras e ações específicas para garantir o atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais. A análise apontou para a necessidade de recursos como salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), auxiliares de sala e tempo de planejamento para a elaboração de Planos de Ensino Individualizados (PEI), elementos cruciais para uma inclusão efetiva e significativa.

A transição de um modelo de educação especial segregado para uma abordagem inclusiva e integrada ao ensino regular é um processo complexo que exige não apenas o amparo legal, mas também a adaptação das estruturas escolares, a formação continuada de professores e o desenvolvimento de PPPs que sejam verdadeiramente orientadores e propositivos. A lacuna entre o ideal legislativo e a prática pedagógica diária ressalta a urgência de investimentos em infraestrutura, recursos humanos e planejamento estratégico para que a educação inclusiva deixe de ser apenas um conceito e se torne uma realidade para todos os alunos, garantindo-lhes o direito a uma educação de qualidade e equitativa.

REFERÊNCIAS



Brasil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009.

CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 65–74, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/?lang=pt>.

DELORS, Jacques. Os 4 pilares da educação. Educação: um tesouro a descobrir. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2ªed. São Paulo: **Cortez**, 2003.

ELLIOT, John. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: GERARDI, Corinta Maria Crisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). Cartografias do trabalho docente: professor (a)-pesquisador(a). Campinas: **Mercado de Letras**, 1997.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Anais Brasília**, 1994.

GLAT, R.;BLANCO, L.de M. V.,Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In R. Glat (Org.), Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar (2a ed., pp. 15-3). Rio de Janeiro: **Sette Letras** (2015).

GLAT, R.;BLANCO, L.de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva..Rio de Janeiro: **Ed. Sette Letras**, 2007.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

RESOLUÇÃO Nº 01/2017- CME/1ª CA - **Diretrizes e procedimentos para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade de**

Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino Público e Privado de Educação Infantil de Parnamirim/ RN. Ano VIII – Diário Oficial Nº 2258 – Parnamirim, RN, 05 de abril de 2017.

OLIVEIRA, Adriane Silva de Abreu; ABREU, Cristiana Silva de; OLIVEIRA, Neuzenir Silva de Abreu; OLIVEIRA, Santino de. Educação Especial no contexto escolar: inclusão e desafios. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 18, 16 de maio de 2023. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/18/educacao-especial-no-contexto-escolar-inclusao-e-desafios>.

STAINBACK S.; STAINBACK W. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre: **Artmed**, 1999.